



## A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE MISSAL- PARANÁ

Mauri José Schneider (PG)<sup>1</sup>,  
Dr<sup>a</sup> Marli Renate Von Borstel Roesler (PG)<sup>2</sup>,  
Eneide Maria Rosso (IC)<sup>3</sup>  
Dr<sup>a</sup> Irene Carniatto (IC)<sup>4</sup>

**Resumo:** A agricultura familiar é uma forma de produção caracterizada pela interação entre gestão e trabalho sendo os próprios agricultores que dirigem todo processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar como mão-de-obra. As práticas utilizadas pelos agricultores familiares poderão contribuir com a sustentabilidade, procurando um tipo de produção que respeita e protege o meio ambiente, tendo como objetivo a proteção ecológica e a maximização dos benefícios sociais e econômicos. O presente projeto tem como objetivo identificar a viabilidade social, ambiental e econômica da produção da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Missal, PR. A pesquisa será realizada no município de Missal, Paraná, no âmbito da educação formal, será aplicado um questionário com a nutricionista responsável pela alimentação escolar, para identificar o consumo e a produção de alimentos na alimentação escolar. Também serão identificados através de questionários aplicado aos agricultores familiares a caracterização da propriedade rural nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, e a partir destes indicadores avaliar as potencialidades e fragilidades desse arranjo produtivo. Pretende-se com este estudo buscar alternativas para superar os principais desafios e possibilitar uma contribuição no sistema da alimentação escolar e desenvolvimento rural sustentável aos agricultores familiares.

*Palavras Chave:* Agricultura Familiar, direito à alimentação escolar e sustentabilidade.

**Abstract:** Health is a right of all and duty of the state, guaranteed by social and economic policies that aimed at reducing of the risk of disease and other health problems. The application of pesticides it is an activity whose environmental contamination is intentional. Contamination is made in order to combat crop pests. The owner attacks the whole crop with these biocides in the intention of achieving certain targets, generating not only the contamination of production but also contamination of the worker. In this sense, the most serious of this process, in capitalist world, is that the workplace is confused with the space of global production. To preventing pollution and environmental contamination, it is recommended the adoption of agricultural practices that reduce the incidence of pests, inside of the criterion agronomic, environmental and health more rigid possible. The production with the use of pesticides is not sustainable, because generate prejudice in health, and the health is responsibility of all. When consider the ethics of care, and human relation with nature, inside an agroecological perspective, it is necessary to rethink the current hegemonic model of production, unsustainable and with massive use of pesticides. The article proposes an analysis of the ethical point of view on the use of pesticides, sustainability, and human health.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Mestrado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon . mauribiojs@gmail.com

<sup>2</sup> .Prof<sup>a</sup>.Doutora, pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Mestrado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon . marliroesler@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Mestrado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon . eneidemariar@gmail.com

<sup>4</sup> .Prof<sup>a</sup>.Doutora, pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Mestrado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon . irenecarniatto@gmail.com



Keywords: Family farming, right to school feeding, sustainability.

## INTRODUÇÃO

Cerca de 870 milhões de pessoas sofrem subnutrição crônica no mundo, um índice aponta que uma em cada oito pessoas não tem acesso à uma alimentação saudável e adequada no seu dia a dia, entre esse desequilíbrio está a alta nos preços dos alimentos e a crise econômica que poderá levar milhões de pessoas a insegurança alimentar, estima-se que a fome atingirá um novo recorde histórico (FAO, 2013). Em agosto de 2011 foi aprovado o 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que reúne ações de 19 Ministérios. A segunda diretriz da PNSAN é a Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos. Nesta diretriz estão previstas metas de regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, essas iniciativas tais como crédito, assistência técnica, acesso a mercado e compra institucionais de alimentos de agricultores familiares, são possibilidades do fortalecimento da agricultura familiar para a produção de alimentos. Algumas ações levam em consideração especificidades de raça, gênero, etnia, além disso, há metas para grupos em extrema pobreza. Destacam-se ações para fomentar circuitos curtos de produção e consumo e adoção de marcos legais para fomentar a agricultura familiar e a política nacional de abastecimento (CAISAN, 2011).

A erradicação da pobreza e da miséria deve ter um foco de prioridades toda humanidade, envolvendo aspectos sociais, econômicos e ambientais para uma prática sustentável, que devem ser entendidos conjuntamente entre todos os segmentos da sociedade e com políticas públicas (EHLERS, 1998).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral da ONU, no ano de 1979, conceituando o desenvolvimento como um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só o olhar econômico (RAMOS et al., 2008). A busca pelo desenvolvimento sustentável requer entre tantos saberes, a preocupação ambiental com o equilíbrio social, cultural e econômico.

Para agricultura sustentável deve buscar maior eficiência dos sistemas de produção agrícola e esta, deve ser compatível e coerente com cada realidade ecológica, fazendo-se necessária a utilização eficaz dos recursos naturais cuidando do solo como organismo vivo, protegendo o rio com mata ciliar e produzindo alimento de forma saudável para que estes recursos não sejam degradados.

A Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), afirmam que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras, contribuindo por uma agregação familiar. Neste contexto, percebe-se que a gestão pública, entidades e militantes da sociedade defendem a segurança alimentar nutricional (SAN) e o direito humano à alimentação adequada no país, pois temos que conhecer a procedência dos alimentos e a forma que eles foram cultivados.

A iniciativa impulsiona através das políticas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a promoção e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) fazer chegar à mesa das escolas alimentos mais nutritivos, produzidos localmente e, portanto mais e saudáveis; e garantir um mercado local, assegurado pelo poder público municipal, com a possibilidade de gerar renda continuada aos agricultores e ao comércio local, fortalecer os circuitos locais da



produção de alimentos e a logística sem a contaminação no transporte de longas distancias (LEÃO; ROCHET; SANTOS; BRAGA, 2011).

## OBJETIVO GERAL

Identificar a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável, no enfrentamento dos desafios ambientais e na promoção do desenvolvimento rural sustentável no município de Missal Paraná,

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contextualizar os fundamentos teóricos políticos da produção da agricultura familiar, programas e ações governamentais do PAE e PNAE

Elaborar um banco de dados referente as políticas de alimentação escolar implementadas no município de Missal PR a partir de um questionário aplicado com a nutricionista;

Aplicar um questionário aos agricultores familiares que fornecem alimentos ao PAA e PNAE voltadas desenvolvimento do arranjo produtivo, sua participação na produção de alimentação escolar saudável e promoção do desenvolvimento rural sustentável;

Diagnosticar os principais potenciais e fragilidades do sistema do PAA e PNAE vinculados a agricultura familiar no município de Missal, considerando a dimensão ambiental.

## REVISÃO DE LITERATURA

No momento atual, marcada pela constante degradação ambiental e seus ecossistemas, temos a necessidade de realizar uma reflexão sobre esse impacto causado e buscar uma articulação de processos educativos com a produção de estratégias para a educação ambiental. Dentro da dimensão ambiental configura-se uma crescente questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a formação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar e transversal (JACOBI, 2003).

Quando se fala em “ser sustentável”, automaticamente o pensamento remete para a preservação do meio ambiente. Entretanto, o conceito de sustentabilidade abrange aspectos muito mais amplos, que inserem a figura do homem no contexto da preservação ambiental. A prática sustentável envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente por todos e todas (EHLERS, 1998).

O conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente recente e seu significado ainda está em construção. A definição mais aceita atualmente para sustentabilidade, é que este deva ser um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, cuidando e preservando toda a forma de exploração dos recursos naturais. É um tipo de desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (CMMAD, 1988). Para Romeiro (1998), o desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável pelas pessoas.

O desenvolvimento sustentável precisa necessariamente passar pela educação ambiental em todas as esferas, tanto na educação formal como na não formal. Trata-se de um processo de reflexão que deve envolver os produtores, as escolas, os técnicos ou agrônomos e a população em geral, onde todos os atores são convidados a refletir sobre o dia-a-dia e suas



práticas costumeiras. Deve envolver toda comunidade, pois as pessoas aprendem pela participação, praticando e sensibilizando as demais sobre o cuidado com a natureza e sua forma de cultivo dos alimentos.

Nesse sentido, a educação ambiental enquanto dialógica e libertadora objetiva a transformação, buscando redefinir o modo como nos relacionamos entre pessoas com o meio. Sendo vista como um processo de politização da problemática ambiental, por meio do qual o indivíduo, em grupos sociais, se transforma, exercendo a cidadania e rompendo com práticas sociais contrárias ao bem estar público para todos (LAYRARGUES, 2004). Sendo assim, a educação ambiental é um processo mobilizador, do qual os agricultores são estimulados a melhorarem suas práticas conservacionistas e produzir alimentos saudáveis com a preocupação ambiental.

Portanto, é recorrente, nas falas dos profissionais educadores ambientais, o objetivo de mudar comportamentos individuais, como se fosse suficiente para produzir as profundas transformações necessárias e rever a situação atual, sem uma atenção maior à dimensão política. A educação ambiental, para transformar a realidade deve intervir além das mudanças de comportamentos e atitudes, como as próprias condições do mundo, e, para tal interferência necessita-se do fortalecimento de uma ação política (CARVALHO, 2001; GUIMNARÃES, 2000).

Para Gliessman (2000, p. 53) “a agricultura do futuro deve ser tanto sustentável quanto altamente produtiva para poder alimentar a crescente população humana”. Requer, portanto, uma nova abordagem de agricultura e desenvolvimento agrícola construído sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimentos e métodos ecologicamente modernos. Quanto a produção ser sustentável é de muita importância, mas a crescente população humana deve-se orientar pelos bons hábitos alimentares em qualidade e não em quantidade, por isso a boa distribuição desses alimentos de forma moderada a todos e todas serão possibilidades de um novo olhar no discurso inicial da produção convencional e transgênica. Conforme o relatório apresentado pela FAO 2012 no início dessa discussão, onde a problemática de obesidade supera em dobro a problemática de desnutrição crônica no mundo é um grande indicador para rever os conceitos.

Para Costa (1993), a agricultura sustentável deve buscar maior eficiência dos sistemas de produção agrícola e esta, deve ser compatível e coerente com cada realidade ambiental, fazendo-se necessária a utilização eficaz dos recursos naturais para que estes não sejam degradados com a perspectiva de uma continuidade na produção. Segundo Veiga (1994), os principais objetivos a serem alcançados pelo desenvolvimento sustentável no que tange a práticas agrícolas são a manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola, o mínimo de impactos adversos ao ambiente, os retornos adequados aos produtores, a otimização da produção com mínimo de insumos externos e a satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda, além do atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais. A conscientização para a preservação e manutenção dos recursos naturais precisa necessariamente passar pelo processo de sensibilização das pessoas com o objetivo de incorporar a dimensão da ética do cuidado com a natureza. Para isso, é preciso entender que a água não deve ser tratada como elemento de divisão, e sim, como elemento de aglutinação.

Sabe-se que entre as dificuldades da produção familiar, a comercialização dos produtos teve um grande avanço, com a viabilidade de políticas públicas para atender essa necessidade. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são duas importantes ações públicas que objetivam, a re-integração dos componentes alimentar e nutricional no campo das políticas públicas,



vinculando as demandas de acesso a alimentos de qualidade às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar (Rochet et al., 2012).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, o objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas pública e filantrópicas. Como principal objetivo o PNAE tem de atender as necessidades nutricionais dos alunos em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. A Lei 11.947 de 2009 garante ao agricultor que fornece alimentos orgânicos para a merenda escolar o valor de 30% a mais do que nos alimentos convencionais (ITAIPU, 2012).

Rochet et al. (2012) Em sua pesquisa com agricultores familiares, gestores, nutricionistas e conselheiros do CAE observaram que muitas das dificuldades e desafios apontados nos discursos de gestores públicos, têm origem e somente serão plenamente superados quando aspectos relacionados à garantia de direitos e à promoção da autonomia cidadã forem equacionados. Estes autores ainda evidenciam a exigência de um mínimo legal de compra de alimentos da agricultura familiar através do programa público, com a magnitude e extensão do PNAE, sendo um divisor de águas na valorização do modelo familiar e local de produção de alimentos.

## METODOLOGIA

### Características gerais da área experimental

O Município de Missal localiza-se na região Oeste do Paraná, seu território tem 323,042 Km<sup>2</sup>, sendo que 43,470 Km<sup>2</sup> são banhados pelo Lago de Itaipu, que é via de acesso fluvial ao Paraguai. Entretanto não existem áreas de controle integrado e alfandegárias com o país vizinho. Da área pertencente à Itaipu 25,54 Km<sup>2</sup> são terras inundadas e 17,83 Km<sup>2</sup> são áreas de reserva. A maioria dos colonizadores de Missal, pertence à 2ª geração de imigrantes alemães, que trouxeram consigo características da cultura germânica. A formação de Missal deu-se a partir do desmembramento do município de Medianeira e a data oficial de criação do município foi em 30 de dezembro de 1981, por meio da Lei Estadual nº 7.566. No dia 1º de fevereiro de 1983 (IBGE, 2013).

A população de Missal segundo CENSO realizado no ano de 2010, se define com 10.474 habitantes, área da unidade territorial 324,398 (Km<sup>2</sup>), densidade demográfica 32,29 (hab/Km<sup>2</sup>), população residente urbana 5.420 habitantes, População residente rural 5.054 Habitantes. O relevo do município de Missal se apresenta com média, 70% da área é composta por terras planas ou suavemente ondulada e, 30 % com terras pedregosas de acentuada declividade e o posicionamento geográfico do município, a latitude é 25°05'00" sul e a longitude 24°15'00" W – GR, a altitude média do Município de Missal é de 320 metros (IBGE, 2013).

Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, o município de Missal possui 08 escolas da rede municipal de ensino, totalizando aproximadamente 1.100



alunos e na rede estadual de ensino são 05 escolas, totalizando aproximadamente 1.500 alunos. Para atender a demanda de alimentos dos alunos do município e estado, existem os agricultores cadastrados no PAA e PNAE contribuindo com esse abastecimento local.

O Município de Missal localiza-se na região Oeste do Paraná, seu território tem 323,042 Km<sup>2</sup>, sendo que 43,470 Km<sup>2</sup> são banhados pelo Lago de Itaipu, que é via de acesso fluvial ao Paraguai. Entretanto não existem áreas de controle integrado e alfandegárias com o país vizinho. Da área pertencente à Itaipu 25,54 Km<sup>2</sup> são terras inundadas e 17,83 Km<sup>2</sup> são áreas de reserva. A maioria dos colonizadores de Missal, pertence à 2ª geração de imigrantes alemães, que trouxeram consigo características da cultura germânica. A formação de Missal deu-se a partir do desmembramento do município de Medianeira e a data oficial de criação do município foi em 30 de dezembro de 1981, por meio da Lei Estadual nº 7.566. No dia 1º de fevereiro de 1983 (IBGE, 2013).

A população de Missal segundo CENSO realizado no ano de 2010, se define com 10.474 habitantes, área da unidade territorial 324,398 (Km<sup>2</sup>), densidade demográfica 32,29 (hab/Km<sup>2</sup>), população residente urbana 5.420 habitantes, População residente rural 5.054 Habitantes. O relevo do município de Missal se apresenta com média, 70% da área é composta por terras planas ou suavemente ondulada e, 30 % com terras pedregosas de acentuada declividade e o posicionamento geográfico do município, a latitude é 25°05'00" sul e a longitude 24°15'00" W – GR, a altitude média do Município de Missal é de 320 metros (IBGE, 2013).

Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, o município de Missal possui 08 escolas da rede municipal de ensino, totalizando aproximadamente 1.100 alunos e na rede estadual de ensino são 05 escolas, totalizando aproximadamente 1.500 alunos. Para atender a demanda de alimentos dos alunos do município e estado, existem os agricultores cadastrados no PAA e PNAE contribuindo com esse abastecimento local.

## LEVANTAMENTO DOS DADOS

A pesquisa será realizada através da aplicação de questionários e de visitas aos locais de estudo. O trabalho apresenta caráter quantitativo e qualitativo.

No primeiro momento serão diagnosticadas as informações relacionadas à Gestão da Alimentação Escolar com aplicação do questionário com a nutricionista do município (anexo 01). Essas informações relacionadas à educação formal poderão trazer repostas quantitativas e qualitativas.

No segundo momento, será realizada a aplicação do questionário com agricultores que fornecem alimentos ao PNAE e PAA (anexo 02). Essas informações relacionadas à educação não formal poderão trazer repostas quantitativas e qualitativas.

A verificação e análise do questionário serão realizadas a partir de questões previamente elaboradas em forma de *check-list*, a partir dos objetivos propostos pelo estudo com intuito de verificar os resultados *in loco* para fundamentar a teoria existente a partir da realidade vivenciada.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises quantitativas serão realizadas em software Excel, sendo calculada a comparação de dados em porcentagem em relação às respostas obtidas nos questionários, sendo também construído gráfico para melhorar a visualização dos dados, o que possibilitará aos gestores na formulação de políticas e desenvolvimento de Ações que favoreçam o Desenvolvimento Rural Sustentável.



Entre as expectativas no desenvolvimento da pesquisa, será a identificação das atividades econômicas sociais e ambientais e o seu relacionamento e também a influência dessas atividades com a política pública.

Ao analisar os agricultores sobre o recurso financeiro pago pelo Programa de Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar, estabelece uma relação de fortalecimento econômico e social, onde acontece a permanência de famílias de agricultores no campo sem agressões sociais e ambientais nas cidades. Mas, ao mesmo tempo, temos que refletir a importância do uso desse recurso financeiro nas propriedades rurais e a forma de produção dos alimentos destinado aos alunos.

Não basta apenas as políticas públicas, sem o apoio na assistência técnica para otimizar o máximo a propriedade e incentivo a uso de técnicas para essa produção de alimentos serem de forma agroecológica, onde terá um maior benefício no sistema econômico, diminuindo o custo de produção, um benefício ambiental, onde cultiva o solo de forma orgânico, sem poluição e contaminação pelo uso da agricultura convencional tendo alimentos saudáveis e o benefício social que esse recurso das políticas públicas gera uma melhor qualidade de vida a família dos agricultores, não apenas seja transferido para as empresas de insumos e venenos ou cooperativas.

Em uma percepção de produção de alimentos, não basta a produção em quantidades mas temos que apoiar e incentivar as iniciativas que estimulem a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SANS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão suscitada no desenvolvimento do Projeto trará oportunidade de envolver os agentes do poder público numa releitura dos Programas PAA e PNAE, sabe-se que apesar do tempo que foram criados em muitos casos se tornam inviáveis pelas dificuldades encontradas pelos agricultores. Nesse contexto, partilhar informações e aprofundar estudos sobre agricultura familiar, na perspectiva da sustentabilidade local e suas possibilidades pode contribuir efetivamente engajar também a comunidade na luta uma satisfatória qualidade de vida, significa fortalecer o desenvolvimento sócioeconômico com equilíbrio ecológico ao motivar a credibilidade em novas relações políticas, sociais, éticas, culturais e espirituais que garantam uma convivência harmoniosa dos homens com o cosmo.

## REFERÊNCIAS

- CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132p.
- CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COSTA, M. P. B. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar, **Reforma Agrária**, v. 23, n.1, p. 53-69, jan/abr. 1993.



- EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** In: VEIGA, José E. (org). *Ciência Ambiental; primeiros mestrados*. São Paulo: Annablume: FAPESP. 1998.
- FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura **O estado da insegurança alimentar no mundo 2012**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br>> Acesso em março de 2013.
- GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>, acesso em março de 2013.
- ITAIPU BINACIONAL. Disponível em: <[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)>. Acesso em 15 de março de 2013.
- JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
- LAYRARGUES, P. P. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2004. 156 p.
- LEÃO, M.; ROCHET, J.; SANTOS, A. C.; BRAGA, V. Agricultura Familiar fornece comida saudável às escolas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Ano 4, Número 48, julho, 2011.
- RAMOS, V. G.; LOSEKANN, M.B.; WIZNIEWSKI, C. R. F. Educação rural e desenvolvimento sustentável: uma experiência a partir do ensino da geografia na escola estadual de ensino fundamental nossa senhora aparecida, Julio de Castilhos, RS. **Anais do 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa – ENGRUP**, São Paulo, pp. 574-592, 2008.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998.
- ROCHET, J.; LEÃO, M.; RECINE, E.; MORAIS, J. G.; FERNANDES, A. L.; CARVALHO, A. **Agricultura familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada**. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Brasília, fevereiro de 2012. 225 p.
- VEIGA, J. E. **Problemas da transição à agricultura sustentável**. Estudos econômicos. São Paulo: v. 24, n. especial, p. 9-29, 1994.